

- 1 DE JUNHO DE 1988

# Parecer redistribui recursos no projeto do orçamento de 89

por Marcos Magalhães  
de Brasília

O relator da comissão mista de orçamento do Congresso Nacional, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), apresentou, no início da noite de ontem, os pontos principais do seu parecer ao projeto de orçamento da União para 1989, entre os quais se encontram a manutenção do déficit previsto pelo governo — 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) — e a concessão de maiores recursos aos setores de Agricultura, Educação, Saúde, Transportes e Ciência e Tecnologia, além da diminuição do desembolso de estados e municípios com o pagamento de suas dívidas externas.

Os governadores e prefeitos pagarão suas dívidas no exterior, de acordo com o texto da lei previsto por Gabriel, segundo um escalonamento que prevê a quitação de 25% do serviço da dívida a vencer em 1989 para os estados que devem mais de US\$ 1 bilhão; 20% aos que devem de US\$ 500 milhões a US\$ 1 bilhão; 10% aos que devem de US\$

300 milhões a US\$ 500 milhões; e rolagem integral aos que devem menos de US\$ 300 milhões.

A aplicação dessa fórmula levará para os cofres do governo federal, em valores de junho, CZ\$ 68 bilhões.

Segundo o projeto do Poder Executivo, a soma seria muito maior: CZ\$ 550 bilhões. Para suprir a lacuna de CZ\$ 482 bilhões, que representa a diferença entre as duas propostas, o relator da comissão de orçamento incluiu no seu parecer a indicação de cinco grandes áreas capazes de cobrir, de acordo com o parecer, as verbas drenadas para os estados e municípios.

Segundo o relator, o governo poderá lançar mão de CZ\$ 145 bilhões correspondentes ao resultado operacional do Banco Central (BC); CZ\$ 60 bilhões de ingressos externos não realizados, por falta de contrapartidas internas; CZ\$ 145 bilhões referentes a avais previstos pelo governo para a cobertura de compromissos de instituições públicas e privadas; CZ\$ 70

bilhões de recursos do Tesouro estocados nos encargos financeiros da União; e de CZ\$ 80 bilhões a CZ\$ 120 bilhões correspondentes à diferença do total de juros a pagar do governo, entre a primeira proposta de orçamento e a sua correção, enviada ao Congresso nesta semana. Na correção do projeto, o governo diminuiu o número de títulos previstos para lançar no mercado, mas não reduz a previsão dos juros a pagar.

"Os recursos que indicamos são capazes de suprir, até em excesso, a verba que o governo esperava arrecadar com a sua proposta de rolagem das dívidas dos estados e municípios", afirmou Gabriel. "Se não pudemos, na comissão, lançar mão dos recursos, por impedimentos legais, resolvemos, então, autorizar expressamente o governo a fazê-lo."

O relator lembrou ao Poder Executivo que ele dispõe de CZ\$ 540 bilhões no seu próprio projeto de orçamento que podem contrabalançar a diminuição do pagamento das dívidas es-

taduais e municipais. Uma vez que autoriza o governo a utilizar esses recursos, o parecer considera mantida a proposta original de déficit para o orçamento geral da União: 0,1% do PIB.

O relator cortou CZ\$ 268 bilhões de subsídios, especialmente nas áreas de agricultura e exportações — cifra que representa mais de 50% da destinação de recursos do Tesouro aos subsídios em geral. Sacou também CZ\$ 74 bilhões do Finsocial, além de CZ\$ 180 bilhões da Presidência da República (CZ\$ 7 bilhões), Ministério da Indústria e do Comércio (CZ\$ 101 bilhões), Ministério da Fazenda (CZ\$ 30 bilhões), Ministério do Bem-Estar Social (CZ\$ 11 bilhões) e Seplan (CZ\$ 31 bilhões).

A partir desses cortes, Gabriel formalizou um lote de CZ\$ 522 bilhões, que utilizou para suprir parte das demandas levantadas pelas emendas dos parlamentares junto à comissão de orçamento. Os maiores beneficiados foram os ministérios da Educação, Saúde, Transportes, Ciência e Tecnologia e Agricultura.